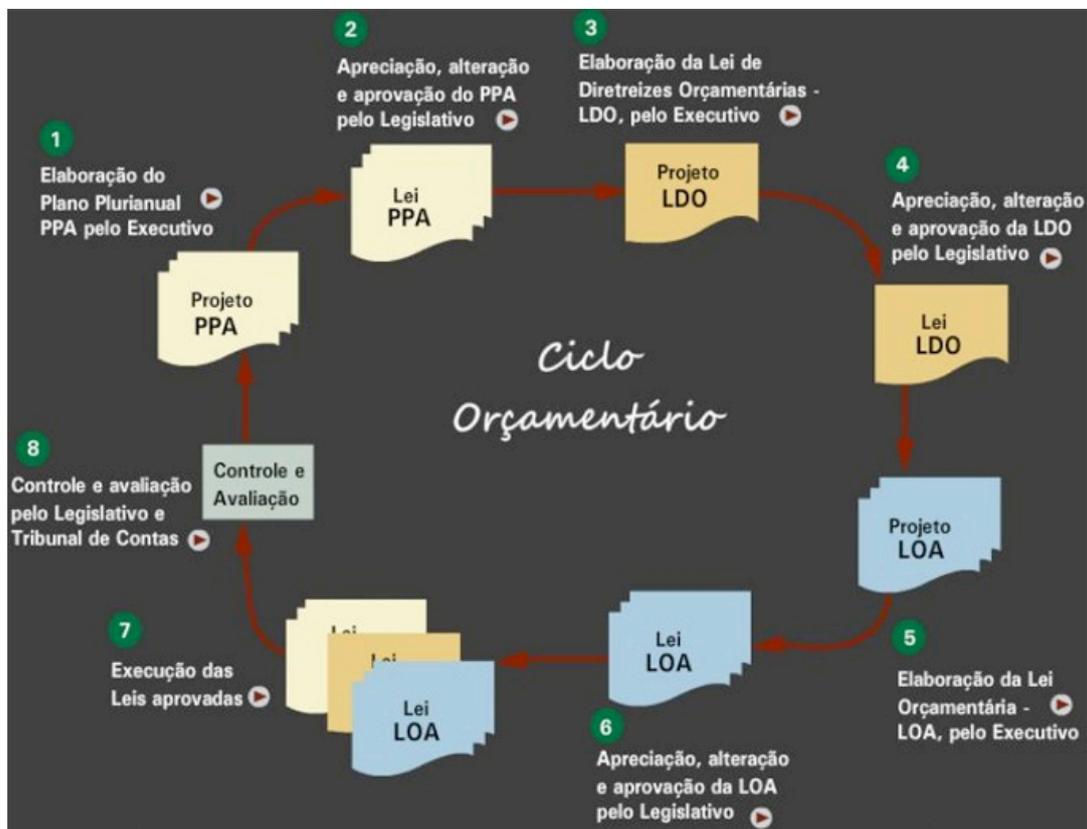


Seminário Desafios Políticas Públicas Câmara dos Deputados

Impactos dos Cortes Orçamentários na Política Externa

Introdução: O LEGISLATIVO NO CICLO ORÇAMENTÁRIO



- 1- Vemos que o Legislativo participa no processo orçamentário em 4 das 8 etapas de sua elaboração.
- 2- Sabemos que ao Legislativo é atribuído um considerável inflacionamento do orçamento pela quantidade de emendas que propõe. De fato se pedir o que é normal mais tarde pode-se ficar de mãos vazias. E vamos chegar lá.
- 3- Sabemos que os prazos de elaboração do PPA, LDO e LOA as vezes invertem a ordem do seu aparecimento dentro do seu ciclo por não se cumprirem prazos estabelecidos.
- 4- Sabemos que em decorrência disto as vezes as leis que deveriam cumprir um papel regulamentador sobre o PPA nascem antes, paradoxalmente como filhas nascidas antes da mãe.
- 5- Sabemos também pelo caráter não compulsório do orçamento que no curso das gestões do executivo, cortes surgem lá pelos primeiros meses de todo ano.
- 6- Sabemos que tais cortes ficam a mercê do que alguns economistas chamam de "Estado de Espírito" de cada governo.
- 7- Sabemos dentro do contexto da comissão que se reúne aqui hoje que políticas externas se concatenam com orçamento nas dimensões da força da lei (Jurídica), na extração dos recursos e aplicação dos mesmos (Econômica) e nos interesses políticos diversos. (Dimensão Política)

Os estudiosos do assunto dizem que é com base nestas três dimensões que podemos PRIORIZAR E DECIDIR.

A parte que me cabe aqui traz uma pergunta quanto a postura a se tomar na hora da execução do orçamento aprovado.

UNIVERSALIZAÇÃO OU FOCALIZAÇÃO?

A universalização é um dos maiores princípios do estado do bem-estar social. Princípio, este, contemplado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). Nele as políticas e programas governamentais não devem priorizar um setor específico. É necessário que o governo haja em favor de todos, não de uma minoria, por mais necessitada que seja.

A focalização tem como base o direcionamento dos recursos, com vistas a beneficiar quem mais necessita da intervenção social do Estado. Trata-se do conceito em que os programas sociais devem se concentrar em públicos-alvos definidos. Neste formato, como as verbas são limitadas, os mais necessitados devem receber tratamento preferencial.

Por tudo isto podemos dizer que se temos boas intenções e vontade de fazer algo de fato pela comunidade brasileira no exterior, estamos no lugar certo na hora certa.

Acho que, como estilos de política social, focalização e universalização podem se combinar sob o comando de uma concepção de justiça e não merecem o nosso tempo para sofrerem análise de suas diferenças. O máximo que conseguiríamos seria arranjar argumento para não fazer o que de uma forma ou de outra precisa ser feito, termos mais reverência ao instrumento que pode nos livrar de não termos o que esperávamos. Dinheiro para custarmos as ações que planejamos em prol de todos e também dos que mais precisam.

Sabemos que o nosso país, cedeu à tirania econômica e a corrupção de tal forma que induziu, mesmo sendo mãe gentil, muitos dos seus filhos ao exílio.

Temos números que mostram que estes filhos foram em multidão, viver além das fronteiras do berço esplendido. Lá se estabeleceram, lá se multiplicaram, mas da sua pátria amada nunca se esqueceram. Tanto que não se esqueceram que mandaram dinheiro, muito dinheiro, a quem diga que houve um ano que nenhum investidor estrangeiro pode trazer para cá, tanto quanto eles enviaram de lá.

Houve um presidente, que dizia que nunca antes na história deste país, se tinha visto tão propícios tempos e convidou a todos a retornarem. Aí a terra idolatrada recebeu de volta não apenas valores monetários, recebeu gente amadurecida, experimentada, empreendedores que agora já estão pensando em de novo bater asas, pois a história não está bem como foi contada.

Bom, mas o que me cabe aqui hoje não é só isto, preciso falar ainda do impacto daqueles cortes bem conhecidos que mencionei lá no início, na assistência a estes que vão, que vêm, que vão de novo. Preciso falar acerca do impacto dos cortes orçamentários na vida destes verdadeiros valentes.

A quem diga que não sabe o que estes precisam vivendo lá no que chamam de primeiro mundo. Vamos ao que eles precisam para medir o impacto ou mesmo ao impacto acabarmos descobrindo se eles precisam mesmo de alguma coisa:

Eles precisam de documentos para se identificar,
Precisam de documentos para outorgar,
Precisam registrar filhos, casamentos, óbitos
Precisam ser atendidos a tempo e com dignidade
E o impacto vem quando um método arcaico lhe faz perder um dia inteiro
Na fila de consulados que não receberam a verba da modernização necessária
O impacto vem pelas discussões com funcionários cansados e estressados
Que não sabem responder porque o dinheiro que o cidadão pagou e que não é pouco,
não é usado diretamente para resolver o problema que o fez esperar tanto tempo.
Chamo este impacto de infraestrutural.

Alguns precisam de auxílio para voltar pois na primeira vez já estava difícil e agora na segunda tentativa deu tudo errado, o sujeito não tem dinheiro, aí vem o impacto sócio assistencial. Vai ter que se valer do voluntariado das associações pois a verba para assistência consular tenho até vergonha de falar.

Uma pausa aqui vale para fornecer um dado concreto, se é que já não sabem: 20% do orçamento do orçamento do MRE foi cortado no início deste ano. O equivalente a manutenção digna de cerca de 220 postos.

O impacto é que o que eles chamam de SMP - Sistema de Manutenção do Posto vai dar a notícia que é hora de demitir. Menos gente para atender e mais um infeliz no olho da rua.

Os que ficam e não pensam em voltar também entram na dança dos impactos, pois quando chega o ano de eleição chega também a urna eletrônica, o veículo moderno da democracia, o orgulho de quem pode contar os votos rapidinho, mas não pode contar porque só se moderniza para votar. E mais, por que se vota só para presidente e não também para quem pode, legislando bem, livrar a gente dos cortes incoerentes? Este é o impacto político democrático, eles estão lá em multidão mas não aparecem para votar.

Não vou falar do impacto cultural, pois é neste que cidadãos mostram de onde vêm. Com dinheiro ou sem dinheiro sai festa, sai show, forró, pagode, samba, festa junina e este ano vai ter até sete de setembro, quem sabe com dinheiro do orçamento.

Faço prelúdio para terminar e apresento um impacto que sabemos também é doloroso aqui.

Trata-se do impacto dos que os agora, pais e mães de família, sofrem ao vir visitar a terrinha e verem que os filhos não dominam a língua portuguesa. Tudo isto porque a verba orçamentaria não existia para custear um curso de formação de professores de português como língua de herança. Ou mesmo o impacto de nos que não viram ninguém se mexer para que a lei recebesse de braços abertos os diplomas quem saiu néscio e voltou doutor. É o impacto Educacional.

Vou usar o derradeiro impacto para terminar visto que se for falar de todos o tempo não vai ser suficiente.

O impacto do retorno, este é terrível, mas perto da família vai se levando até que de fato o orçamento faça previsão com toda força da lei de que os retornados sejam psicologicamente amparados, socialmente guiados a fim de que o sol da liberdade em seus raios fulgidos brilhe diante dos seus olhos.

Caros deputados legislem e se não puderem extinguir os impactos pelo menos minimizem alguns.

Obrigado.

Brasília 30 de Abril de 2014.